

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (T) JACKELINE DA SILVA CUNHA

**A DISPUTA TERRITORIAL PELA REGIÃO DE ESSEQUIBO E SUAS
IMPLICAÇÕES PARA A MARINHA DO BRASIL**

Rio de Janeiro

2024

CC (T) JACKELINE DA SILVA CUNHA

**A DISPUTA TERRITORIAL PELA REGIÃO DE ESSEQUIBO E SUAS
IMPLICAÇÕES PARA A MARINHA DO BRASIL**

Monografia apresentada à Escola de
Guerra Naval, como requisito parcial para
a conclusão do Curso Superior.

Orientador: Professor Geraldo Bassani

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2024

DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

Assinatura digital gov.br

DEDICATÓRIA

Este trabalho, fruto de intenso esforço, dedico aos meus queridos pais, cuja fé em mim nunca vacilou e cujo amor e apoio foram inestimáveis em cada passo da minha jornada, por todo amor, apoio incondicional e encorajamento. Eles sempre acreditaram em mim e me proporcionaram todas as oportunidades para que eu pudesse chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, pela sabedoria e perseverança concedidas ao longo deste percurso, que sempre me guiou e deu força nos momentos mais desafiadores, sem os quais eu não teria conseguido superar os desafios e alcançar meus objetivos.

Ao meu marido, Ernani, meu agradecimento por ter ficado ao meu lado em cada momento, oferecendo seu amor, paciência e suporte incondicional.

Aos meus amigos, pela amizade sincera, pelas palavras de encorajamento e pelos momentos compartilhados que tornaram este percurso mais leve e gratificante.

Agradeço ao meu orientador, Professor Geraldo Bassani, por sua orientação, paciência e dedicação. Suas valiosas contribuições, críticas construtivas e incentivo constante, foram essenciais para a realização deste trabalho.

À Capitão de Mar e Guerra (T) Eliâne Rocha, expresso minha mais profunda gratidão por todo o suporte prestado, que foi extremamente importante para a realização deste trabalho.

Gostaria de expressar meus agradecimentos à Capitão de Mar e Guerra (RM1-T) Chiara, que sempre esteve disponível a orientar e direcionar de forma assertiva, à Escola de Guerra Naval, seus oficiais e praças, por terem me proporcionado todo apoio necessário na construção desta monografia.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho. A todos vocês, meu sincero muito obrigada.

“O progresso é impossível sem mudança, e aqueles que não conseguem mudar suas mentes não conseguem mudar nada.”

George Bernard Shaw

RESUMO

O trabalho de pesquisa visa tratar da disputa territorial que remonta aos séculos 16 e 17, pela região de Essequibo; localizada entre a República Cooperativa da Guiana, que era conhecida como Guiana Inglesa ou Britânica, e a República Bolivariana da Venezuela. O conflito territorial envolvendo essa região foi inicialmente discutido por meio de um Tratado Arbitral, em fevereiro de 1897. Em 3 de outubro de 1899, foi emitido o Laudo Arbitral de Paris, tendo sido favorável ao Reino Unido, concedendo-lhe o território com uma área de 159,5 mil quilômetros quadrados a oeste do Rio Essequibo. A região, rica em recursos naturais e com uma posição geográfica estratégica, tem potencial para afetar as dinâmicas geopolíticas e de segurança na América do Sul. Nesta monografia examinam-se as implicações estratégicas dessa disputa para a Marinha do Brasil, como uma Força Naval importante na América do Sul, com um interesse vital na manutenção da paz e da estabilidade na região. A disputa territorial em Essequibo apresenta tanto desafios quanto oportunidades para a Marinha do Brasil. Os desafios incluem a necessidade de navegar nas complexidades geopolíticas da disputa; o potencial de conflito armado na região; e a necessidade de proteger os interesses marítimos do Brasil. As oportunidades incluem o potencial para a Marinha do Brasil de desempenhar um papel de liderança na mediação do conflito e na promoção da cooperação regional. Neste projeto de pesquisa propomos analisar a disputa pela região de Essequibo e suas implicações para a Marinha do Brasil, considerando aspectos de segurança regional, política externa e estratégias de defesa.

Palavras-chave: Marinha do Brasil. Essequibo. Disputa Territorial. Venezuela e Guiana. Geopolítica.

ABSTRACT

THE TERRITORIAL DISPUTE OVER THE ESSEQUIBO REGION AND ITS IMPLICATIONS FOR THE BRAZILIAN NAVY

The research work aims to address the territorial dispute that dates to the 16th and 17th centuries, over the Essequibo region, located between the Cooperative Republic of Guyana, which was known as British or British Guiana, and the Bolivarian Republic of Venezuela. The territorial conflict involving this region was initially discussed through an arbitration treaty in February 1897. On October 3, 1899, the Paris arbitral award was issued, having been favorable to the United Kingdom, granting it the territory with an area of 159,5 square kilometers west of the Essequibo River. The region, rich in natural resources and with a strategic geographical position, has the potential to affect geopolitical and security dynamics in south America. The monograph examines the strategic implications of this dispute for the Brazilian Navy, as a major naval force in south America, with a vital interest in maintaining peace and stability in the region. The territorial dispute at Essequibo presents both challenges and opportunities for the Brazilian Navy. Challenges include the need to navigate the geopolitical complexities of the dispute, the potential for armed conflict in the region, and the need to protect Brazil's maritime interests. Opportunities include the potential for the Brazilian Navy to play a leading role in mediating the conflict and promoting regional cooperation. This research project proposes to analyze the dispute over the Essequibo region and its implications for the Brazilian Navy, considering aspects of regional security, foreign policy, and defense strategies.

Keywords: Brazilian Navy. Essequibo. Territorial Dispute. Venezuela and Guyana. Geopolitics.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Porções regionais da América do Sul.....	26
FIGURA 2 - Arcos da estabilidade e instabilidade na América do Sul.....	27

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
3	HISTÓRIA DA DISPUTA.....	14
4	CONTEXTO GEOPOLÍTICO.....	22
5	REPERCUSSÕES PARA A SEGURANÇA MARÍTIMA BRASILEIRA.....	29
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
	REFERÊNCIAS.....	37

1 INTRODUÇÃO

A disputa territorial pela região de Essequibo remonta aos séculos 16 e 17, quando potências coloniais europeias, principalmente a Espanha, a Holanda e o Reino Unido, buscavam expandir seus impérios e estabelecer controle sobre territórios ricos em recursos naturais. Iniciada pelos espanhóis, consolidada pelos holandeses e finalmente dominada pelos britânicos, a região de Essequibo tem uma história complexa e rica que reflete os interesses e conflitos dos impérios coloniais.

Essa região era habitada por povos indígenas, mas acabou sendo alvo de disputas entre as potências coloniais, resultando na presença de assentamentos europeus e no estabelecimento de reivindicações territoriais sobre a região (Silva 2015). A colonização da região de Essequibo que envolveu várias potências coloniais em busca de terras férteis e ricas em recursos na América do Sul, gerando um legado intrincado de reivindicações e disputas.

Localizada entre a República Cooperativa da Guiana, mais conhecida apenas pelo nome Guiana e a República Bolivariana da Venezuela, a região de Essequibo é objeto de uma longa disputa territorial que remonta ao período colonial. A área em questão, Essequibo, abrange cerca de 159,5 mil quilômetros quadrados, equivalendo a 70% do território guianense, e é rica em recursos naturais como ouro, diamantes, bauxita, manganês, petróleo e gás natural, o que intensifica a disputa entre esses países. A delimitação fronteiriça entre a Guiana e a Venezuela foi inicialmente estabelecida por meio do Laudo Arbitral de 1899¹, que concedeu parte do território de Essequibo à Guiana Britânica, desencadeando uma série de contestações por parte da Venezuela na decisão arbitral.

A Venezuela rejeitou a validade da decisão de 1899, considerando-a injusta e influenciada por pressões políticas e econômicas da Grã-Bretanha. A disputa permaneceu um ponto de tensão nas relações entre a Venezuela e a Guiana, especialmente após a descoberta de recursos minerais e petrolíferos na região do Essequibo. A controvérsia sobre a região persiste até hoje, refletindo o impacto duradouro das disputas coloniais sobre as fronteiras nacionais.

¹ Laudo Arbitral 1899: Foi uma decisão emitida por um tribunal arbitral em Paris, em 3 de outubro de 1899, que resolveu a disputa territorial entre a Venezuela e a Guiana Britânica (atual Guiana). BBC. **El laudo de París:** El polémico fallo de 1899 que dejó al Esequibo en territorio de Guyana (y por qué hoy Venezuela lo considera “nulo e írrito”). 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/articulos/cgxpw5v2v2zo>. Acesso em: 22 jul. 2024.

Segundo Vilas-Bôas (2018), a geopolítica da América do Sul é marcada por disputas territoriais históricas que refletem não apenas na soberania dos Estados, mas também em aspectos econômicos e de segurança regional. Para o Brasil, que compartilha fronteiras com ambos os países, os desdobramentos dessa disputa podem ter implicações significativas, especialmente no que diz respeito à sua política de defesa e às operações da Marinha do Brasil.

O estudo tem como objetivo analisar os potenciais desafios e as perspectivas que emergem para a estratégia marítima brasileira em resposta à dinâmica de segurança alterada pela disputa. A pesquisa buscará oferecer uma compreensão sobre como o Brasil pode navegar nesse cenário de incertezas, visando fortalecer sua postura defensiva e sua capacidade de projeção naval na região sul-americana.

A disputa entre a Venezuela e a Guiana pela região de Essequibo voltou à tona a partir do ano de 2015, devido a uma série de eventos e desenvolvimentos que reacenderam as tensões entre os dois países. Dentre esses eventos, pode-se destacar a descoberta de grandes reservas de petróleo na costa da Guiana, dentro da área disputada, pela empresa norte-americana *ExxonMobil*, tendo iniciado um novo capítulo dessa disputa histórica, adormecida por décadas. Essa descoberta atraiu a atenção internacional e aumentou significativamente o valor estratégico e econômico da região. Assim, a perspectiva de exploração desses recursos aumentou as tensões, pois ambos os países querem assegurar a soberania sobre uma área potencialmente muito lucrativa.

No dia 3 de dezembro de 2023, a Venezuela realizou um referendo consultivo popular com a finalidade de questionar a população venezuelana sobre a anexação da região de Essequibo, então território da Guiana. O resultado apontou que mais de 95% dos votantes participaram do referendo, e mais de 90% deles votaram a favor da rejeição da fronteira atual e da reivindicação da soberania venezuelana sobre Essequibo (Ferreira, 2023).

De acordo com Carvalho (2024), o referendo não era vinculante, ou seja, o resultado não obrigava o governo a tomar nenhuma ação específica. No entanto, o governo venezuelano considerou o resultado como um forte mandato popular para apoiar suas reivindicações territoriais. A Guiana rejeitou o resultado do referendo, considerando-o uma manobra política interna da Venezuela e sem efeito jurídico.

A disputa por Essequibo pode desestabilizar a região e atrapalhar o desenvolvimento socioeconômico de ambos os países. Há uma crescente pressão

da comunidade internacional para que Venezuela e Guiana busquem uma solução pacífica e duradoura para a disputa, seja por meio de negociação direta, mediação internacional ou arbitragem na Corte Internacional de Justiça (CIJ) (Alves, 2023).

Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender as complexas dinâmicas geopolíticas na América do Sul e seus impactos, para a segurança e defesa do Brasil.

A apresentação do presente trabalho está organizada em seis seções, incluindo esta introdução, seguindo-se da segunda seção na qual será abordado de maneira breve para o leitor o arcabouço legal que este trabalho tomou como referência e para o aprofundamento teórico àqueles que se interessarem pelo assunto.

Na terceira seção, será explorada a origem e a evolução histórica da disputa territorial sobre Essequibo. Esse capítulo se inicia com a análise dos tratados e acordos coloniais do século 19 e a arbitragem no ano de 1899, que inicialmente definiu as fronteiras entre a Guiana Britânica e a Venezuela. A partir daí, será abordada a reativação da reivindicação venezuelana em meados do século 20 e as tentativas de mediação internacional.

Na quarta seção da monografia contextualiza-se a disputa no cenário geopolítico contemporâneo. A análise se concentra na relevância estratégica de Essequibo em termos de controle territorial e acesso a recursos naturais, como petróleo e minerais. Além disso, examina-se como a disputa se insere nas dinâmicas regionais de poder e como a competição por influência na América do Sul impacta a estabilidade regional.

Na quinta seção, serão abordadas as repercussões da disputa para a segurança marítima do Brasil. Considerando a proximidade geográfica e as implicações para a segurança regional, essa seção avalia como a Marinha do Brasil tem ajustado suas estratégias de patrulhamento e monitoramento na região. Também será analisada a importância da região de Essequibo para a projeção do poder naval brasileiro no Atlântico Sul, e as possíveis implicações de um eventual agravamento do conflito territorial. Por fim, apresenta-se a conclusão, seguida das referências utilizadas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O tema das disputas territoriais na América do Sul, especialmente aquelas com implicações geopolíticas e estratégicas significativas, tem sido objeto de interesse acadêmico e político ao longo dos anos. O trabalho busca fornecer uma análise abrangente do contexto histórico e geopolítico que moldou essa contenda territorial entre a Venezuela e a Guiana.

Entre essas disputas, a controvérsia envolvendo a Região de Essequibo, reivindicada tanto pela República Bolivariana da Venezuela quanto pela República Cooperativa da Guiana, destaca-se não apenas pelo seu prolongado histórico, mas também pelas suas consequências para a segurança regional e a política internacional. Nesta pesquisa visa-se explorar a disputa pela Região de Essequibo, enfocando não só os interesses e argumentos de ambas as nações envolvidas, mas também as implicações dessa disputa para a Marinha do Brasil, considerando o contexto de segurança marítima na região.

A relevância do estudo dessa disputa reside na sua capacidade de revelar as relações internacionais na América do Sul, e como esse conflito pode impactar a segurança das fronteiras, alterando as rotas comerciais marítimas, bem como o panorama de segurança regional. A disputa territorial pela região de Essequibo é um tema complexo e multifacetado, enraizado em séculos de história, interesses geopolíticos e questões econômicas.

Segundo Oliveira e Santos (2022), a disputa apresenta desafios e oportunidades específicas para a Marinha do Brasil, considerando a posição geográfica do país, seu papel como líder regional e seu interesse na promoção da estabilidade e da paz na América do Sul. Essa situação coloca o Brasil em uma posição única para atuar como mediador no conflito e, além disso, exige uma reavaliação de suas estratégias de segurança marítima para garantir a livre navegação e proteger seus interesses na região.

Vilas-Bôas (2018), apresenta uma análise detalhada sobre como os conflitos territoriais na América do Sul, especialmente a disputa pela região de Essequibo, têm raízes coloniais e são influenciados por interesses internacionais.

A posição do Brasil e sua política externa em relação à disputa de Essequibo são analisadas por Rocha e Lima (2021), que destacam o delicado equilíbrio que o Brasil deve manter, como líder regional e membro da comunidade internacional interessado na promoção da paz e da estabilidade, e argumentam que o Brasil tem um papel significativo na mediação de conflitos na América do Sul, por meio do

diálogo e da busca de soluções que respeitem os direitos internacionais e fomentem a cooperação regional.

A importância da Marinha do Brasil no contexto da disputa pela região de Essequibo é analisada por Carvalho (2020), que argumenta que o fortalecimento das capacidades navais brasileiras é crucial para assegurar os interesses nacionais na América do Sul. A presença naval na região é vista como um meio de dissuasão e como uma ferramenta para a promoção de estabilidade. O autor ainda enfatiza a necessidade de uma Marinha bem equipada e preparada, para enfrentar os desafios impostos por disputas territoriais e para proteger as rotas marítimas essenciais para o comércio.

A disputa pela região de Essequibo entre a Guiana e a Venezuela não é apenas um conflito territorial bilateral, mas também um ponto de tensão com implicações regionais que podem influenciar a estratégia marítima do Brasil. A localização estratégica da região, próxima à foz do rio Amazonas e ao litoral norte do Brasil, juntamente à crescente importância da projeção naval e da segurança marítima para o país, coloca a Marinha do Brasil em uma posição de atenção e potencial reconfiguração de suas estratégias.

No trabalho buscar-se-á abordar as dinâmicas geopolíticas regionais e internacionais, bem como as consequências dessa disputa para as populações envolvidas e para a estabilidade na América do Sul.

3 HISTÓRIA DA DISPUTA

No contexto da expansão colonial europeia nos séculos 16 e 17, a colonização da região de Essequibo foi a primeira presença do continente europeu significativa atribuída aos espanhóis, que exploraram partes da América do Sul, logo após a chegada de Cristóvão Colombo, em 1492. A busca por recursos, como metais preciosos, e a necessidade de expandir territórios motivaram a exploração de regiões além do litoral (Amaral, 2000).

Embora a Espanha, que controlava vastas áreas do Caribe e da América do Sul, reivindicasse nominalmente a região como parte de seu território com base na

doutrina do *uti possidetis*² e no Tratado de Tordesilhas³ de 1494, a presença efetiva e o controle territorial permaneceram discretos devido à resistência indígena e às dificuldades de acesso (Maestri, 1997).

O Tratado de Tordesilhas designava as terras a oeste de uma linha imaginária à Espanha, incluindo grande parte da América do Sul, mas a área específica do Essequibo estava menos clara e aberta a disputas. A partir da década de 1530, os espanhóis realizaram expedições no interior da Guiana, mas enfrentaram dificuldades em estabelecer assentamentos permanentes devido às duras condições ambientais (Bueno, 2003).

No início do século 17, os holandeses começaram a se interessar pela região, atraídos pela perspectiva de terras férteis e recursos naturais valiosos, como o açúcar. Segundo Souza (2006, p.112), "a busca por novas fontes de riqueza, como terras férteis e recursos naturais abundantes, foi o principal motor para a ocupação holandesa em áreas estratégicas da América do Sul, como Essequibo."

Com sua exploração iniciada pelos espanhóis, efetivamente colonizada pelos holandeses no século 17 e finalmente ocupada pelos britânicos no século 18, a região tornou-se um ponto focal de conflitos territoriais e econômicos. A rica terra de Essequibo foi intensivamente explorada para a produção de açúcar e outras *commodities*, utilizando trabalho indígena e escravo, enquanto as potências coloniais competiam pelo controle (Freitas, 2013).

Durante o período colonial, a Venezuela era composta por várias províncias sob domínio espanhol, incluindo a Província da Guiana, que passou ao controle holandês após dois séculos. O território foi então reorganizado em três colônias: Berbice, Demerara e Essequibo, sendo esta última reivindicada pela Venezuela devido à sua ocupação inicial (Neto, 2012).

A relevância econômica da região aumentou significativamente com a fundação da Companhia das Índias Ocidentais⁴, em 1621. A área tornou-se essencial para o comércio de produtos sul-americanos e caribenhos, como tabaco, café e algodão, exportados para a Europa pelos holandeses (Mangar, 2009).

² Princípio de direito internacional que determina que os territórios e fronteiras de um novo Estado devem corresponder aos limites administrativos existentes no momento da independência (MAESTRI, 1997).

³ Acordo assinado em 1494 entre Portugal e Espanha, que dividiu as terras descobertas fora da Europa entre os dois países ao longo de um meridiano 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde (MAESTRI, 1997).

⁴ Empresa de comércio holandesa fundada em 1621, com o objetivo de competir economicamente com Espanha e Portugal nas Américas e na África (MANGAR, 2009).

Durante o século 17, os holandeses fortaleceram seu controle construindo fortes, ampliando suas plantações e estabelecendo relações comerciais e alianças com tribos indígenas. Desenvolveram uma economia baseada na exploração de recursos naturais e no cultivo de cana-de-açúcar, utilizando trabalho escravo africano (Ferreira, 2023).

Embora também tenham estabelecido relações com os povos indígenas locais por meio de trocas e tratados, essas interações incluíram conflitos e exploração (Maestri, 2010). A região de Essequibo foi administrada pela colônia holandesa de Berbice e, posteriormente, integrou a Guiana Holandesa⁵. A colonização holandesa estabeleceu uma presença duradoura, deixando um legado cultural e político. Durante o imperialismo europeu, a região testemunhou conflitos e acordos que redefiniram fronteiras e esferas de influência colonial na América do Sul (Ferreira, 2023).

O domínio holandês sobre Essequibo permaneceu relativamente estável até as Guerras Napoleônicas no final do século 18 e início do século 19. Em 1796, a Grã-Bretanha ocupou temporariamente a região durante a guerra com a França, e a ocupação foi formalizada no ano de 1814, pelo Tratado de Londres⁶. A cessão de Essequibo à Grã-Bretanha, juntamente às outras colônias holandesas na Guiana, marcou o fim do domínio holandês e o início do controle britânico. Pelo Tratado de Amiens⁷, a Grã-Bretanha concordou em devolver várias colônias aos seus proprietários originais, incluindo as colônias de Essequibo, Demerara e Berbice (Freitas, 2013).

O Tratado de Amiens, firmado em 1802, foi um breve período de paz entre a França e a Grã-Bretanha, durante o qual a Grã-Bretanha concordou em devolver várias colônias aos seus proprietários originais, incluindo Essequibo, Demerara e Berbice. No entanto, essa devolução não se concretizou, e as hostilidades recomeçaram em 1803, e assim, a Grã-Bretanha rapidamente retomou a ocupação dessas colônias para evitar que fossem controladas novamente pela França, que

⁵ Colônia dos Países Baixos na América do Sul, que existiu de 1667 até 1975, quando se tornou o Suriname (FERREIRA, 2023).

⁶ Reconheceu a independência e neutralidade da Bélgica, separando-a dos Países Baixos (FREITAS, 2013).

⁷ Acordo de paz assinado em 1802 entre a França e a Grã-Bretanha, que pôs fim temporariamente às hostilidades durante as Guerras Napoleônicas e a guerra recomeçou em 1803 (FREITAS, 2013).

estava aliada com a República Batava⁸, uma nova entidade formada, após a invasão francesa à República Holandesa (Nunes, 2010).

As colônias ocupadas pelos britânicos em 1796 foram oficialmente transferidas para o Reino Unido pelo Tratado Anglo-Holandês⁹ de 1814, após a queda de Napoleão Bonaparte. Esse período reflete a instabilidade e as frequentes alterações no controle dos territórios coloniais, causadas pela agitação política e militar na Europa durante e após as Guerras Napoleônicas (Maestri, 2010).

Desde sua criação como Província da Guiana em 1508, o Essequibo tem sido alvo de contínuas invasões e redefinições arbitrárias de fronteiras. Segundo Lins (2019, p.45), "a disputa pelo Essequibo é uma questão histórica que envolve vários momentos de invasão e redefinição de fronteiras, refletindo as complexidades das relações coloniais." Os colonos holandeses ocuparam os territórios da Guiana durante a Guerra dos Oitenta Anos¹⁰, em 1623, o que culminou com o Tratado de Münster em 1648, resultando na formação do Suriname e da Guiana Holandesa (Souza, 2020).

No ano de 1777, a Província da Guiana foi incorporada à Capitania Geral da Venezuela, instituída em 8 de setembro, que incluía as províncias de Nova Andaluzia, Maracaibo, Margarida e Trindade. O mapa oficial da Capitania Geral da Venezuela, publicado em 1786, indicava o rio Essequibo como seu limite oriental. No final do século 18, as Guerras Napoleônicas afetaram profundamente os territórios coloniais das Américas, levando à invasão da Capitania Geral da Venezuela pelo Império Britânico (Silva, 2018).

A partir da assinatura do Tratado de Amiens entre a Inglaterra e a França, tendo a Espanha como aliada, os britânicos devolveram os territórios tomados dos espanhóis, exceto a Ilha de Trindade, estabelecendo uma trégua temporária que foi rompida em 1803 (Mendonça, 2021).

Durante o transcorrer das Guerras Napoleônicas na Europa, os movimentos de independência venezuelanos ganharam força e ampliaram seus territórios, rompendo os laços com a Espanha, então sob o controle de Bonaparte, em 19 de

⁸ Estado criado pelos revolucionários holandeses com o apoio da França em 1795, substituindo a República das Sete Províncias Unidas. A República Batava existiu até 1806, quando foi transformada no Reino da Holanda por Napoleão Bonaparte (NUNES, 2010).

⁹ Tratado de 1814, que resolveu disputas coloniais na Ásia e reconheceu a soberania britânica sobre Cingapura (MAESTRI, 2010).

¹⁰ Conflito entre os Países Baixos e a Espanha, que durou de 1568 a 1648, resultando na independência dos Países Baixos (SOUZA, 2020).

abril de 1810. Esse período foi marcado por uma série de ações e reações que culminaram na declaração de independência da Venezuela em 5 de julho de 1811. A ruptura com a Espanha e a independência da Venezuela foram parte de um movimento mais amplo de libertação na América Latina, que resultou na reconfiguração das fronteiras coloniais e nacionais (Souza, 2020).

Ao declarar a independência das Províncias Unidas da Venezuela, a Constituição estabeleceu que os limites territoriais seriam aqueles correspondentes à Capitania Geral até 1810, impactando profundamente as relações geopolíticas e estabelecendo bases para futuras disputas territoriais (Santos, 2021).

Após a ratificação do Tratado de Londres, em 13 de agosto de 1814, as Guerras Napoleônicas terminaram e a Holanda foi obrigada a ceder 20 mil milhas de seu território na Guiana Holandesa para a Inglaterra, mantendo os limites estabelecidos em 1777 (Nogueira, 2020).

Os britânicos fundamentavam seu direito sobre o território no argumento de que, em 1648, os espanhóis cederam toda a área a leste do Rio Orinoco aos holandeses, sendo que uma parte dessa terra foi posteriormente transferida da Holanda ao Reino Unido.

A Venezuela, por outro lado, sustenta que o território lhe pertence, já que fazia parte do Império espanhol e havia a presença de missionários espanhóis na região. Segundo o país, os holandeses nunca ocuparam a área a oeste do rio Essequibo e essa reivindicação persistia desde antes do país conquistar sua independência, ou seja, quando ainda fazia parte da Grande Colômbia (Freitas, 2013).

No contexto do Congresso de Viena¹¹ e das negociações pós-Guerra Napoleônica, o Tratado Anglo-Holandês de 1814 formalizou e consolidou o controle britânico sobre as colônias, estabelecendo uma nova ordem colonial que influenciaria as relações geopolíticas na região (Maestri, 2010).

Apesar das reivindicações da Espanha, a sua presença na região foi marginalizada pelos assentamentos holandeses, e o país realizou algumas tentativas de reafirmar sua autoridade, porém, sem grande êxito. De acordo com Costa (2008, p. 87), "as tentativas da Espanha de retomar o controle sobre a região de Essequibo foram insuficientes frente ao estabelecimento consolidado dos holandeses, que haviam construído uma base econômica e social forte."

¹¹ Conferência realizada de 1814 a 1815, após a derrota de Napoleão, com o objetivo de restabelecer a ordem na Europa (MAESTRI, 2010).

No século 18, a Grã-Bretanha, em expansão no Caribe e nas Guianas, começou a mostrar interesse na região de Essequibo, gerando conflitos com os holandeses. Durante as Guerras Napoleônicas, os britânicos ocuparam Essequibo em 1796, que foi formalizada pela Convenção de Londres¹² em 1814 e então, entregou oficialmente as colônias de Essequibo, Demerara e Berbice à Grã-Bretanha. No ano de 1831, a Grã-Bretanha unificou essas colônias, criando a Guiana Britânica, que se expandiu ao oeste do rio Essequibo, gerando tensões com a Venezuela recém-independente, que reivindicava a região como parte de seu território (Azevedo, 2012).

A colonização, tanto pelos holandeses quanto pelos britânicos, levou ao desenvolvimento extensivo de plantações de açúcar, utilizando principalmente trabalho escravo. A economia da região era altamente dependente do cultivo e processamento do açúcar, além da produção de café, algodão e outros produtos agrícolas. Essa colonização causou um impacto profundo nas populações indígenas locais, resultando em deslocamentos, confrontos violentos e perda de terras, embora também tenha ocorrido períodos de cooperação na fase inicial (Serbin, 2013).

Durante as décadas de 1830 e 1840, a Grã-Bretanha expandiu seus assentamentos e atividades a oeste do rio Essequibo, em áreas que a Venezuela considerava parte de seu território histórico. Em 1835, a Grã-Bretanha contratou o naturalista prussiano Robert Hermann Schomburgk para mapear a região e definir os limites do território britânico, resultando na primeira Linha *Schomburgk*¹³, que demarcou cerca de 5 mil quilômetros quadrados de território venezuelano. Durante o período de expansão de 1840, uma revisão expandiu a demarcação para 141,9 mil quilômetros quadrados, gerando fortes protestos da Venezuela. Em resposta às demandas do ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Alejo Fortique, os marcos dessa demarcação foram removidos (Neto, 2012).

No ano de 1887, a Coroa Britânica publicou um novo mapa que ampliava ainda mais as fronteiras, incluindo aproximadamente 168 mil quilômetros quadrados de território a oeste do Rio Essequibo, aumentando a área reivindicada sob o controle britânico (Serbin, 2003).

¹² Tratou da questão do Egito e garantiu a integridade do Império Otomano (AZEVEDO, 2012).

¹³ Linha de fronteira proposta pelo explorador britânico *Robert Schomburgk* em 1840, que delimitava a fronteira entre a Guiana Britânica e a Venezuela (NETO, 2012).

A Doutrina Monroe, anunciada em 1823 pelo Presidente James Monroe, constituiu um marco na política externa dos Estados Unidos, com o objetivo de impedir a expansão colonial europeia nas Américas. Esse princípio, estipulava que qualquer tentativa de intervenção por potências europeias no hemisfério ocidental seria considerada uma agressão e tornou-se um pilar da diplomacia norte-americana, influenciando diversos conflitos territoriais, incluindo a disputa pela região de Essequibo entre a Venezuela e a Guiana Britânica (Lopes, 2009).

A controvérsia sobre a soberania da região de Essequibo, localizada entre a Venezuela e a Guiana Britânica, intensificou-se no final do século 19. A descoberta de consideráveis jazidas de ouro na área, a partir de 1885, aumentou o interesse de ambas as partes, acirrando a tensão sobre a reivindicação territorial. A Venezuela, que possuía laços históricos com a região, e a Grã-Bretanha, que controlava a Guiana Britânica, estavam ambos os países determinados a assegurarem o controle de uma área rica em recursos naturais (Silva, 2006).

Após o rompimento das relações diplomáticas da Venezuela com a Grã-Bretanha em 1887, devido às repetidas invasões britânicas na região, o presidente venezuelano da época, Guzmán Blanco, solicitou a mediação dos Estados Unidos da América por meio da Doutrina Monroe. Nesse contexto, a Doutrina Monroe foi invocada pelos Estados Unidos da América em favor da Venezuela em 1895, para pressionar a Grã-Bretanha a aceitar a arbitragem e intermediar a disputa, procurando evitar a expansão do controle colonial britânico em território que a Venezuela considerava parte de sua soberania histórica. Na conjuntura dessa mediação, foi firmado no ano de 1897, o Tratado de Washington, que estabeleceu que a controvérsia seria resolvida por um tribunal arbitral internacional (Cardozo, 2011).

Reuniu-se em Paris para deliberar sobre a disputa, o tribunal arbitral, que foi composto por cinco juristas, representados da seguinte maneira: dois juristas britânicos; dois indicados pelos Estados Unidos da América, para representar a Venezuela; e o último, um renomado jurista e diplomata russo, escolhido consensualmente pelos quatro árbitros, que atuou como presidente do tribunal. Após mais de dois anos e meio de análise, o tribunal emitiu o Laudo de Paris em 1899, tendo sido de caráter vinculante, o que determinou a configuração final das fronteiras entre a Venezuela e a Guiana Britânica (Freitas, 2013).

O Tribunal de Arbitragem decidiu que a maior parte do território disputado pertencia à Grã-Bretanha, mas reconheceu algumas concessões à Venezuela. A decisão de arbitragem foi controversa e não satisfaz completamente as reivindicações venezuelanas (Azevedo, 2012).

A decisão do tribunal estabeleceu que a Grã-Bretanha manteria a soberania sobre a área situada entre os rios *Cuyuni* e Essequibo. Por outro lado, a Venezuela receberia a região a oeste da região fronteiriça do rio *Cuyuni*, onde a Linha *Schomburgk* havia anteriormente sugerido a inclusão no território britânico. Essa demarcação territorial baseou-se em uma combinação de reivindicações históricas e considerações práticas sobre a presença de recursos naturais (Lopes, 2009).

Ambas as nações inicialmente aceitaram a decisão arbitral, e a Venezuela ratificou em 1907 a decisão, enquanto a Grã-Bretanha implementou a soberania nas áreas designadas pelo Laudo. Durante mais de seis décadas, a decisão arbitral permaneceu incontestada e a questão territorial parecia resolvida (Cardozo, 2011).

Contudo, a decisão do Tribunal Arbitral em Paris, que favoreceu em grande parte a Grã-Bretanha, "foi contestada pela Venezuela, a qual alegou que a arbitragem não levou em conta suas reivindicações históricas e seus direitos herdados da Espanha" (Pereira, 2008, p. 123).

Durante o segundo governo do presidente venezuelano Rómulo Betancourt (1959-1964), a Venezuela reavaliou o Laudo, e um grupo de especialistas com o apoio do governo, concluiu que o documento continha várias falhas e carecia de fundamentação jurídica. Argumentaram também, que a composição do tribunal arbitral poderia ter tido uma inclinação favorável à Grã-Bretanha, devido ao quinto jurista que definiu o resultado, ter sua formação acadêmica na Universidade de Cambridge, localizada no Reino Unido (Silva, 2006).

A Venezuela levou a questão à Organização das Nações Unidas (ONU) em 1962, declarando a nulidade do Laudo de Paris e reivindicando a região de Essequibo como uma "Zona em Reclamação"¹⁴ (Neto, 2012).

Em 1965, a Venezuela passou a considerar oficialmente a região de Essequibo como parte de seu território, refletindo essa posição em seus mapas oficiais (Freitas, 2013).

¹⁴ É a região entre o oeste do rio Essequibo até o limite no topo do Monte Roraima, na América do Sul. A República Cooperativa da Guiana considera esse território como seu, mas também é reivindicado pela soberania venezuelana com base no Acordo de Genebra de 17 de fevereiro de 1966 (NETO, 2012).

A ONU tem incentivado as partes a buscarem uma resolução conciliadora, por meio de negociações bilaterais e mediação internacional. Diversos esforços têm sido feitos para resolver a disputa de maneira pacífica, mas a região de Essequibo continua a ser uma área de tensão geopolítica entre a Venezuela e a Guiana, refletindo a complexidade das reivindicações territoriais e a influência histórica das potências coloniais na América do Sul (Cardozo, 2011).

4 CONTEXTO GEOPOLÍTICO

Neste capítulo examina-se a importância da região dentro das dinâmicas regionais de poder, que envolvem não apenas os principais países em disputa, mas também outras potências regionais e globais.

A disputa pela região de Essequibo, localizada entre a Venezuela e a Guiana, tem raízes profundas na história colonial da América do Sul e é uma das controvérsias territoriais mais duradouras do continente. A análise dessa disputa revela a significativa relevância estratégica de Essequibo em termos de controle territorial e acesso a recursos naturais, como petróleo e minerais.

A descoberta de grandes jazidas de ouro em 1885, trouxe uma nova dimensão ao conflito, atraindo o interesse de ambos os países envolvidos. Além do ouro, a região é conhecida por suas reservas de petróleo e outros minerais valiosos, o que amplifica sua importância estratégica. O controle de Essequibo representa não apenas a soberania territorial, mas também a posse de recursos que podem transformar a economia de qualquer país que o detenha (Cardozo, 2011).

No final do século 19, a partir das vastas reservas de ouro e outros recursos naturais, se intensificou a relevância geoestratégica da região de Essequibo. A riqueza mineral encontrada não apenas reforçou o interesse econômico da Venezuela e da Guiana, mas também atraiu a atenção de potências globais, complicando ainda mais a disputa.

A posse dos recursos naturais não representa apenas uma vantagem econômica imediata, mas também, o controle de ativos essenciais para o desenvolvimento e fortalecimento da posição geopolítica de quem os detiver, como argumentado por Cardozo (2011). Essa dinâmica reforça o caráter estratégico de Essequibo para além de uma mera disputa territorial, integrando interesses regionais e internacionais.

A disputa pelo Essequibo deve ser compreendida no contexto mais amplo das dinâmicas de poder na América do Sul, onde a Venezuela, com suas riquezas petrolíferas, tem buscado fortalecer sua posição geopolítica na região, e a reivindicação de Essequibo faz parte de sua estratégia para expandir sua influência. Ademais, o posicionamento da Venezuela no contexto geopolítico sul-americano é influenciado por sua riqueza em petróleo. A reivindicação de Essequibo faz parte de uma estratégia mais ampla de expansão, de influência regional e fortalecimento do poder econômico do país, especialmente no setor energético.

Por outro lado, a Guiana, um país menor e com menos recursos, tem se apoiado em alianças internacionais e em mecanismos legais para defender sua soberania sobre a região. Enquanto a Guiana, busca defender sua soberania por meio de alianças internacionais e de uma abordagem diplomática e legalista, a Venezuela articula uma narrativa histórica e geopolítica que remonta à herança colonial espanhola. Nesse sentido, como observado por Silva (2006), a disputa transcende as fronteiras nacionais e ecoa as antigas tensões entre o império britânico e as aspirações territoriais venezuelanas, ainda não resolvidas.

O Brasil, como uma das principais potências regionais na América do Sul, desempenha um papel importante no contexto geopolítico da disputa pela região de Essequibo. Tradicionalmente, tem adotado uma postura de neutralidade, procurando atuar como mediador e defensor do diálogo pacífico entre os países vizinhos.

Também, mantém relações diplomáticas com ambos os países envolvidos e tem se esforçado para evitar que a disputa afete negativamente a estabilidade regional. Em órgãos internacionais, como a ONU e a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), o Brasil tem promovido uma resolução amigável de disputas e a cooperação regional (Cardozo, 2011).

A neutralidade brasileira, no entanto, também se alinha a seus próprios interesses estratégicos, dado o compartilhamento de fronteiras com a Guiana e a proximidade com a Venezuela, e a necessidade de manter relações estáveis com ambos os países.

A ONU e a Organização dos Estados Americanos (OEA) têm sido envolvidos como mediadores, buscando uma solução pacífica para o conflito, contudo, as tentativas de resolver a questão por meio do diálogo diplomático têm encontrado dificuldades, principalmente devido às posições inflexíveis das partes envolvidas (Lopes, 2009).

A disputa pelo Essequibo também se insere em um contexto mais amplo de competição por influência na América do Sul. As grandes potências globais têm interesses estratégicos na região, principalmente em relação ao acesso a recursos naturais e ao estabelecimento de parcerias econômicas e políticas. A influência desses países pode complicar ainda mais a resolução da disputa, pois a Venezuela e a Guiana, buscam fortalecer suas posições no continente sul-americano por meio do apoio ao conflito de diferentes nações (Freitas, 2013).

A complexidade do litígio se agrava com a presença de potências globais como os Estados Unidos da América e a China, que buscam aumentar sua influência na América do Sul. A região rica em recursos naturais é vista por essas nações como estratégica para seus interesses comerciais e energéticos, o que, segundo Freitas (2013), pode dificultar ainda mais uma solução pacífica. Esse cenário ressalta o papel que a mediação internacional, principalmente por organismos como a ONU e a OEA, pode desempenhar ao tentar equilibrar os interesses conflitantes e promover um desfecho diplomático para a questão.

Os esforços contínuos para resolver a disputa territorial de maneira amistosa são essenciais para garantir a estabilidade regional. O envolvimento de potências externas, se não gerido de forma equilibrada, pode exacerbar tensões e levar a uma maior fragmentação das alianças regionais. Assim, a comunidade internacional, em colaboração com os países sul-americanos, precisa intensificar o empenho para fomentar o diálogo e a cooperação, com o objetivo de alcançar uma solução definitiva e sustentável para a disputa territorial envolvendo a região do Essequibo (Silva, 2006).

A região localizada entre os rios Orinoco e Amazonas, no extremo norte da América do Sul, a região das Guianas, é uma área geograficamente e historicamente significativa. Comumente denominada Escudo das Guianas, essa vasta região abrange um planalto que se estende desde o norte do Brasil até o litoral das Guianas, adjacente ao Mar do Caribe. O Escudo das Guianas é caracterizado por sua topografia acidentada e rica biodiversidade, com florestas tropicais densas e uma extensa rede de rios (Fernández, 2005).

No século 19, a disputa se intensificou com negociações, arbitragens e tratados internacionais, sem uma solução definitiva (Rodríguez, 2013). Diversos autores salientam que o século 19 trouxe novas dinâmicas, com a descoberta de recursos naturais como petróleo e minerais na área contestada, aumentando as

rivalidades e o interesse de potências externas (Silva, 2015; Rodríguez, 2013). Durante a Guerra Fria, a Venezuela e a Guiana também se envolveram em uma disputa geopolítica mais ampla, com a Venezuela se destacando como um ator geopolítico significativo na região (Martínez, 2007).

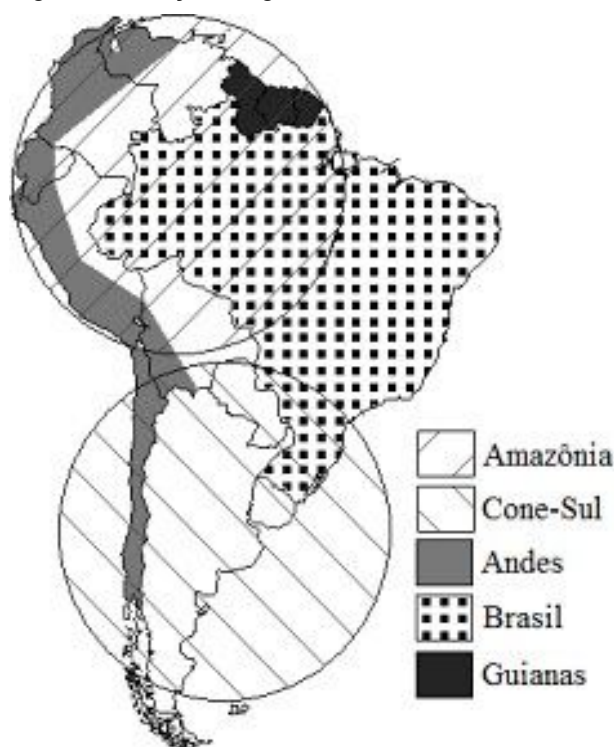
A disputa continuou a evoluir durante o século 21, com a crescente demanda global por recursos naturais na costa da Guiana e mudanças nas relações de poder na América Latina, que reacendeu as tensões com a Venezuela (Silva, 2015).

As reivindicações territoriais conflitantes entre a Venezuela e a Guiana tornaram-se uma questão de tensão diplomática, com ambos os países buscando afirmar sua soberania sobre Essequibo (González, 2012). Ao longo do século 19 ocorreu uma série de negociações, mas nenhuma solução definitiva foi alcançada e, atualmente, a região continua sendo um ponto de tensão, especialmente na costa guianesa (Silva, 2015).

A interferência de organismos regionais como a UNASUL e a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) estudam a possibilidade de um acordo conciliador entre os países envolvidos, considerando a herança colonial europeia na região.

Medeiros Filho (2010) divide a América do Sul em cinco porções principais para analisar a integração regional: Amazônia, Cone Sul, Andes, Brasil e Guianas (Figura 1). No entanto, somente são discutidas as dinâmicas de relacionamento entre os Estados membros nas três primeiras porções: Amazônia, Cone Sul e Andes.

Figura 1 - Porções regionais da América do Sul



Fonte: MEDEIROS FILHO, 2010

Na América do Sul, a integração regional varia significativamente entre suas sub-regiões. A Amazônia, composta por Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, enfrenta desafios para a cooperação devido a novas ameaças, defesa nacional e uma geografia que dificulta a presença estatal, gerando insegurança e uma percepção de cobiça internacional. O Cone Sul, que inclui Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, tem alcançado sucesso na integração regional, especialmente nas relações Brasil-Argentina e Argentina-Chile, aproximando-se do modelo de Comunidade de Segurança, embora enfrente desafios como questões comerciais e energéticas que podem ameaçar a continuidade do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)¹⁵. Já os Andes, que compreendem Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, apresentam uma fraca tradição de integração e desconfianças entre seus países, dificultando o progresso regional (Medeiros Filho, 2010).

O Complexo de Segurança Regional na América do Sul é dividido por Buzan e Waever (2003) em dois subcomplexos: o Cone Sul (Arco da Estabilidade), que

¹⁵ Bloco econômico sul-americano formado pelo Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Venezuela, que buscam criar um espaço comum de oportunidades comerciais e de investimentos (MEDEIROS FILHO, 2010).

exibe sucesso na cooperação e desenvolvimento, especialmente após a resolução de conflitos históricos e as dinâmicas do MERCOSUL, e o Andino (Arco da Instabilidade), que enfrenta complexidades e instabilidades, incluindo disputas territoriais como as da Venezuela contra a Guiana e a Colômbia.

As regiões da Amazônia e dos Andes também fazem parte do "Arco da Instabilidade", enfrentando desafios maiores e níveis mais baixos de integração, com potenciais conflitos territoriais nas fronteiras entre Chile, Peru e Bolívia, nas cercanias do Lago Maracaibo e na região de Essequibo (Figura 2).

Figura 2 - Arcos da estabilidade e instabilidade na América do Sul



Fonte: MEDEIROS FILHO, 2010

Conforme ilustrado na Figura 2, os níveis de integração geopolítica na América do Sul variam gradualmente, com maior integração e estabilidade na vertente atlântica e menor integração e maior instabilidade na vertente pacífica. As áreas com maior potencial de conflito na América do Sul têm suas instabilidades enraizadas em disputas não resolvidas sobre fronteiras nacionais e regiões estratégicas ricas em recursos naturais (Pieri, 2011).

De acordo com Mahan (1897), o controle do poder marítimo é crucial para a projeção de poder de uma nação, permitindo o controle de rotas comerciais e a proteção de interesses econômicos e militares.

Nesse contexto, a região do Caribe, incluindo a Guiana, é estratégica por proporcionar acesso rápido entre o Atlântico e o Pacífico, especialmente após a construção do Canal do Panamá. Esse ponto de vista é reforçado por Hélio Jaguaribe (2004), que destaca a importância da Amazônia Azul e das áreas costeiras ricas em recursos naturais para a defesa e a segurança do Brasil (Jaguaribe, 2004).

Nicholas Spykman (1942) dividiu a América Latina em duas regiões geopolíticas principais: o Mediterrâneo Americano, que inclui o Mar do Caribe, e a América do Sul. Ele argumentou que o controle dessa região é vital para a hegemonia dos Estados Unidos da América no Hemisfério Ocidental. A localização estratégica da Guiana, com suas reservas de petróleo recém-descobertas, a coloca em uma posição central, e requer que a Marinha do Brasil monitore de perto as atividades na região, para garantir a segurança das rotas de abastecimento de petróleo e a estabilidade regional.

Bandeira (2009) enfatiza a importância da integração regional e da cooperação militar na América do Sul. O autor argumenta que a presença de potências extrarregionais, como os Estados Unidos da América, pode influenciar a segurança e a política de defesa dos países sul-americanos. Nesse sentido, a Marinha do Brasil deve não apenas proteger suas fronteiras marítimas, mas também participar em iniciativas de cooperação regional para garantir a estabilidade e a segurança coletiva.

A presença militar dos Estados Unidos da América no Caribe e em partes da América Central reflete a importância estratégica da região, e a política de defesa brasileira deve considerar essa presença ao formular suas estratégias de defesa e segurança. A cooperação com a Marinha americana pode ser benéfica, mas exige cautela para preservar os interesses nacionais (Rodríguez, 2013).

A localização da Guiana também é estratégica para o Brasil, visto que ao compartilhar uma extensa fronteira terrestre com cerca de 1,60 mil quilômetros na Amazônia, a Guiana pode servir como plataforma de acesso ao Norte dos Portos da América do Sul, Caribe e Atlântico Sul. Além disso, pode ser uma área de conexão dos Estados Unidos da América para penetrar no espaço amazônico e atingir toda a América do Sul, como observado por Travassos (1931). A presença de recursos estratégicos deve orientar as relações políticas e econômicas do Brasil com países da América do Sul e da Amazônia (Neto, 2012).

Apesar da importância geopolítica da Guiana, as conexões diplomáticas entre o país e o Brasil são limitadas, com infraestruturas de transporte escassas e relações comerciais reduzidas, representando apenas 2% do comércio da Guiana, enquanto 99% do fluxo comercial é composto por exportações brasileiras. A imigração, especialmente o número significativo de brasileiros envolvidos em mineração ilegal na Guiana, é uma questão principal (Costa, 2014).

Desde o ano de 2005, documentos estratégicos brasileiros incluem a América do Sul, incluindo a Guiana, como parte de sua abordagem do Entorno Estratégico. As negociações diplomáticas para resolver a disputa têm enfrentado dificuldades devido às posições inflexíveis dos dois países. A Venezuela rejeita a validade do Laudo Arbitral de 1899, enquanto a Guiana se apoia nesse laudo e na manutenção das fronteiras estabelecidas no período colonial (Rodríguez, 2013).

As questões internas e o uso da disputa para fins de política interna também afetam o conflito, por isso, a Guiana busca apoio internacional para fortalecer sua posição, envolvendo aliados estratégicos e empresas multinacionais interessadas na exploração dos recursos da região (González, 2012). Esse contexto destaca a importância de uma abordagem multifacetada, que inclua diplomacia, defesa e cooperação regional para lidar com a complexidade da disputa pela região de Essequibo.

5 REPERCUSSÕES PARA A SEGURANÇA MARÍTIMA BRASILEIRA

A disputa territorial sobre a região de Essequibo, envolvendo a Venezuela e a Guiana, tem implicações importantes para a segurança e defesa na América do Sul. Neste capítulo destaca-se a relevância estratégica da área, os riscos de instabilidade regional e as medidas necessárias para garantir a segurança nacional, e analisa os impactos dessa disputa especificamente para o Brasil, considerando o contexto geopolítico e os desafios de segurança associados.

A região de Essequibo é estratégica devido às suas riquezas em petróleo, minerais e recursos hídricos, tornando-se objeto de interesse geopolítico. E caso ocorram conflitos ou instabilidades nessa área, eles podem afetar diretamente a segurança das fronteiras marítimas, incluindo o Brasil.

Sabe-se que a região de Essequibo desempenha um papel estratégico no contexto geopolítico da América do Sul, em virtude de suas riquezas naturais, e que

conflitos nessa área envolvendo a Venezuela e a Guiana têm impactos significativos para a segurança regional, especialmente para os países vizinhos como o Brasil.

A proximidade geográfica do Brasil com a região disputada, somada à sua extensão territorial e interesses econômicos, torna fundamental uma postura ativa para preservar a estabilidade, tanto em termos de segurança fronteiriça, quanto de proteção dos recursos naturais.

A importância do oceano Atlântico como via essencial para a exploração e defesa dos recursos marítimos, bem como para o desenvolvimento do capitalismo, desempenha um papel crucial na formação costeira e portuária do país. O oceano Atlântico é vital para o Brasil devido às atividades econômicas na Amazônia Azul como a pesca, a navegação, e a exploração de petróleo e de recursos minerais.

O fortalecimento das capacidades navais brasileiras, como argumenta Carvalho (2020), evidencia a importância de fortalecer as capacidades navais brasileiras para assegurar os interesses nacionais na América do Sul.

Oliveira e Santos (2022), destacam a tarefa do Brasil como líder regional e seu interesse em promover a estabilidade e a paz na América do Sul, posicionando o país de forma singular para mediar o conflito. Isso também demanda uma revisão das estratégias de segurança marítima para assegurar a livre navegação, e para proteger os interesses regionais, especialmente diante do fortalecimento militar crescente na região e da possibilidade de intervenção de potências extrarregionais.

Diante desse contexto, a Marinha tem uma função central na defesa dos interesses nacionais no Atlântico Sul, tanto na proteção de rotas comerciais, quanto na segurança de infraestruturas críticas, como plataformas de petróleo e portos. A intensificação militar da área contestada eleva a necessidade de prontidão e reforço das capacidades navais brasileiras, não só para dissuadir ações hostis, como também, para colaborar em missões de segurança regional com outras marinhas sul-americanas.

A probabilidade de uma aventura militar da Venezuela sobre áreas contestadas, como a região do Essequibo, poderia ter consequências graves para a região amazônica e para o Brasil.

O Brasil definiu oficialmente em 2019, o limite da sua plataforma continental estendida, aumentando sua capacidade de explorar recursos marinhos, com destaque para o petróleo, cuja produção é predominantemente *offshore* (Gutierrez, 2023). Ao expandir a sua plataforma continental, o país ampliou sua capacidade de

explorar esses recursos, com destaque para o petróleo em águas profundas. A Marinha do Brasil desempenha um papel primordial na vigilância e patrulhamento das águas territoriais e da Zona Econômica Exclusiva (ZEE), e esse movimento reforça a importância de intensificar operações de patrulha e vigilância na Amazônia Azul, garantindo a proteção da ZEE e de suas fronteiras marítimas em um cenário de potenciais tensões.

A defesa da Amazônia Azul é uma prioridade para a Marinha do Brasil, e a proximidade geográfica com a região disputada exige prontidão operacional para responder rapidamente a quaisquer incidentes que possam ameaçar a soberania nacional ou a segurança regional (Monteiro, 2016).

Diante da disputa pelo Essequibo, é necessário intensificar as operações de monitoramento no Atlântico Sul, especialmente nas áreas adjacentes à fronteira norte do Brasil. Uma presença naval reforçada atua como um meio de desestimular potenciais ações ofensivas e garante a proteção de recursos naturais estratégicos (Gonçalves, 2018).

As disputas territoriais também atraem a atenção de potências externas ou organizações internacionais, que podem intervir direta ou indiretamente, por meio de apoio político, militar ou econômico a uma das partes. Conforme apontam alguns autores, esse contexto possibilita ainda mais o aumento da presença militar na região, com o envolvimento de forças militares de outros países, exacerbando as tensões locais (Visentini, 2004; Bandeira, 2009).

O agravamento da crise venezuelana poderá resultar em violência, anarquia, e ondas de refugiados que ameaçariam a estabilidade dos países vizinhos. Nesse cenário, o Brasil poderia precisar intervir sob a liderança da ONU, enfrentando desafios de consenso no Conselho de Segurança, especialmente com a resistência de China e Rússia, a sanções contra o governo Maduro (Ferreira, 2018).

A escalada do conflito entre a Venezuela e a Guiana representa uma ameaça direta à estabilidade na América do Sul e para o Brasil, onde a principal preocupação é evitar um aumento da atividade militar da região, o que pode desencadear uma crise de segurança com efeitos imprevisíveis.

O conflito no Essequibo pode servir como um catalisador para uma maior cooperação entre as marinhas dos países sul-americanos. A possibilidade de ações militares por parte da Venezuela, considerando sua crise política e econômica, pode afetar a segurança das fronteiras brasileiras e algumas medidas recomendadas por

Costa (2014) são: promover a cooperação com marinhas de países vizinhos e a participação em exercícios navais conjuntos.

A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e outras iniciativas regionais, como a UNASUL e a CELAC, podem ser fortalecidas para enfrentar as crescentes ameaças à segurança das fronteiras marítimas. A diplomacia brasileira, ao buscar a mediação de conflitos e a promoção da cooperação regional, desempenha um papel crucial para garantir a estabilidade na região e evitar uma escalada militar que possa comprometer a soberania nacional e os interesses econômicos do país no Atlântico Sul. A proximidade geográfica de recentes disputas às fronteiras brasileiras evidencia a necessidade de uma postura proativa e coordenada entre os países da região, com destaque para o papel da Marinha Brasileira na proteção da soberania nacional e na prevenção de violações de fronteira."

A Marinha do Brasil, como uma das forças mais capacitadas da região, pode desempenhar um papel de liderança em exercícios conjuntos e operações de segurança cooperativa. Além dos recursos naturais, a disputa afeta diretamente as rotas comerciais marítimas. Em caso de escalada militar, há o risco de bloqueios ou interdições em rotas vitais para o comércio internacional e a preparação para cenários de crise, que inclui o planejamento de operações de escolta de navios mercantes, como também, a proteção de infraestruturas críticas como portos e terminais de carga (Nunes, 2018).

A cooperação internacional e regional é estratégica para construir confiança e evitar equívocos que possam precipitar para conflitos. Os exercícios conjuntos melhoram a interoperabilidade das forças navais e a coordenação em operações de segurança marítima, além de fortalecer as relações diplomáticas e a resolução pacífica de disputas.

Uma presença naval robusta é imprescindível para demonstrar a soberania brasileira e dissuadir qualquer ação agressiva ou ilegal que possa ameaçar a segurança nacional, para isso, a Marinha do Brasil deve aumentar a presença de navios de patrulha na região norte, especialmente nas áreas próximas às fronteiras com a Guiana e a Venezuela (Ferreira, 2018). Essa disputa por Essequibo pode levar a uma militarização da região, tornando imperativo a capacidade do Brasil de monitorar e controlar suas águas territoriais e a ZEE (Gonçalves, 2018).

A instabilidade regional pode afetar o comércio internacional e os investimentos na América do Sul. O Atlântico Sul e o Caribe são rotas de comércio importantes, e a presença de forças militares e a insegurança podem desestimular o tráfego marítimo e aéreo, aumentando os custos de seguros e fretes, o que pode afetar negativamente as economias regionais, incluindo a brasileira, que depende de exportações e importações marítimas (Monteiro, 2016).

Há uma oportunidade para o Brasil liderar iniciativas de segurança marítima na América do Sul, promovendo a cooperação regional para garantir a liberdade de navegação, a segurança marítima e a proteção dos recursos naturais. conforme Ferreira (2018), isso pode ser realizado por meio de exercícios navais conjuntos, patrulhas marítimas combinadas e acordos de compartilhamento de informações.

A disputa também pode impulsionar o desenvolvimento de doutrinas brasileiras de segurança marítima, abrangendo ações de patrulha, vigilância, interdição e evacuação, sempre respeitando a legalidade internacional (Souza, 2020).

O envolvimento da Marinha do Brasil na disputa do Essequibo também se estende ao campo diplomático. O Brasil tem interesse em manter boas relações com ambos os países envolvidos, Guiana e Venezuela, mas também em preservar a estabilidade regional. Além disso, a diplomacia de defesa exerce uma influência decisiva, permitindo ao Brasil atuar como mediador em disputas regionais e promover a resolução pacífica de conflitos (Silva, 2020).

A pesquisa de Rocha e Lima (2021) evidencia a necessidade de prudência por parte do Brasil ao lidar com a disputa de Essequibo, buscando um ponto de equilíbrio entre os diferentes interesses em jogo, considerando tanto suas responsabilidades como líder regional quanto seus compromissos com a comunidade internacional. Os autores argumentam que o Brasil tem um protagonismo fundamental na mediação de conflitos na América do Sul, promovendo o diálogo e buscando soluções que respeitem os direitos internacionais e fomentem a cooperação regional.

A descoberta de petróleo na Guiana aumenta ainda mais a relevância da região, tanto para os Estados Unidos da América quanto para o Brasil, pois as reservas de hidrocarbonetos são estratégicas para ambos os países, especialmente em um cenário de crescente demanda energética (Souza, 2020).

Para a defesa e soberania do Brasil, a exploração marítima é estratégica, com a maior parte da produção de petróleo proveniente de bacias exploratórias no mar. A ampliação da plataforma continental também favorece a pesca e o desenvolvimento econômico das zonas portuárias. No entanto, a marinha mercante brasileira enfrenta desafios devido ao histórico controle estrangeiro sobre o transporte de mercadorias.

A globalização econômica e a necessidade de fortalecer a marinha mercante são questões de relevância para o Brasil, porque busca aumentar a produção de navios e plataformas, como também, melhorar sua infraestrutura portuária (Gutierrez, 2023).

O Brasil tem ampliado sua presença no Atlântico Sul com sucesso, utilizando a expansão econômica e a diplomacia. Contudo, como potência em ascensão com interesses regionais e globais, o país deve acelerar a construção de sua autonomia estratégica, e isso inclui desenvolver capacidade militar de dissuasão para enfrentar desafios e ameaças globais, considerando que política e poder são interligados na atual ordem mundial (Costa, 2014).

A Marinha do Brasil, portanto, precisa estar preparada para proteger os interesses brasileiros em águas internacionais, garantindo a segurança das rotas marítimas e a proteção das plataformas de petróleo. Além disso, a capacidade de projeção de poder naval é primordial para assegurar a soberania nacional e a defesa dos interesses econômicos (Rocha; Lima, 2021).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A disputa territorial pela região de Essequibo revela uma complexidade que transcende os limites geográficos, impactando diretamente a segurança e a estabilidade da América do Sul. O Brasil, em virtude de sua posição geográfica e interesses estratégicos, encontra-se em uma situação embaraçosa, demandando uma postura proativa e articulada.

A relevância estratégica da região, marcada por abundantes recursos naturais e a proximidade com o território brasileiro, torna a disputa um fator de instabilidade e incerteza na região. A análise do trabalho demonstrou que a Marinha do Brasil desempenha um papel central na garantia da soberania nacional, na proteção dos interesses econômicos e na manutenção da paz na região.

A presença de potências globais como os Estados Unidos da América e a China, assim como o envolvimento de organizações internacionais, demonstra de que maneira o conflito se insere em um cenário geopolítico mais amplo. Essa influência externa pode exacerbar a situação, tornando essencial a promoção de um diálogo equilibrado e construtivo para garantir a estabilidade regional. A disputa pela região é agravada pela importância estratégica da Amazônia Azul para o Brasil, cujas vastas reservas de recursos naturais a tornam um alvo de interesse, tornando a região ainda mais vulnerável a conflitos e, conseqüentemente, um fator de instabilidade.

Essa disputa representa um desafio para a estabilidade na América do Sul, especialmente para o Brasil, cujas fronteiras marítimas são diretamente afetadas pela instabilidade na área em questão. O fortalecimento das capacidades navais brasileiras é primordial para proteger os interesses nacionais e garantir a segurança por meio de uma presença marítima robusta, que desestimule ações hostis e assegure a proteção das rotas marítimas, sobretudo em um cenário de crescente presença militar e possível intervenção de potências externas à região.

A capacidade de projeção de poder naval e resposta rápida a crises, incluindo a vigilância e o patrulhamento das águas territoriais e da Zona Econômica Exclusiva (ZEE), é essencial para a defesa dos recursos naturais e a manutenção das rotas comerciais marítimas. A cooperação internacional e entre países da região, com a participação da Marinha em exercícios conjuntos e iniciativas de segurança colaborativa, podem promover a integração entre nações e evitar o surgimento de conflitos. Nesse contexto, a diplomacia de defesa, permite ao Brasil atuar como mediador e incentivar soluções pacíficas.

Além da garantia da soberania nacional, a Marinha do Brasil tem um papel de destaque na promoção da segurança regional, especialmente em disputas territoriais como a de Essequibo, por meio de uma estratégia abrangente. Para isso, é necessário o aumento da presença naval; o uso de tecnologias avançadas; a cooperação entre agências e com parceiros internacionais; além da modernização da frota para poder realizar o monitoramento e o patrulhamento das águas brasileiras de forma eficaz. Essas ações protegem os interesses do país e contribuem para a manutenção da paz na América do Sul, prevenindo a escalada de tensões e promovendo a cooperação regional, que é um dos pilares fundamentais da estratégia de defesa do Brasil.

A resolução pacífica da disputa pelo Essequibo exige um esforço conjunto que transcenda as fronteiras nacionais, envolvendo negociação, cooperação entre países e uma análise profunda das complexas relações geopolíticas.

Para alcançar uma solução pacífica para a disputa pelo Essequibo, é necessário um esforço conjunto que ultrapasse as fronteiras nacionais, envolvendo diplomacia, cooperação regional e uma análise detalhada das complexas dinâmicas geopolíticas. A comunidade internacional e os países da América do Sul devem buscar alternativas que promovam equilíbrio e proteção no continente, respeitando as aspirações e interesses de todas as partes envolvidas.

Além de sua função defensiva, a Marinha do Brasil desempenha um papel essencial no fortalecimento da integração regional, na dissuasão de conflitos, na promoção da paz e na resposta a crises humanitárias. Dessa forma, contribui para o equilíbrio e a proteção no entorno sul-americano, apoiando os objetivos da política externa brasileira e assegurando o respeito ao direito internacional.

Para obter uma resolução pacífica da disputa pelo Essequibo exige-se um esforço conjunto que vá além das fronteiras nacionais, incorporando diplomacia, cooperação regional e uma compreensão aprofundada das complexas relações geopolíticas envolvidas.

A disputa exige que a Marinha do Brasil esteja preparada para proteger os interesses nacionais e promover a segurança marítima na região, por meio de investimentos em modernização e cooperação internacional, visando garantir a paz na América do Sul. E em um contexto de incertezas crescentes, é imperativo que o Brasil continue investindo em sua capacidade naval e em políticas de segurança.

A questão do Essequibo impõe um desafio considerável à soberania brasileira, mas com uma estratégia bem delineada, o fortalecimento das Forças Armadas e a intensificação da cooperação internacional, o Brasil pode enfrentar essa situação e proteger seus interesses na região.

O Brasil pode ser pressionado a tomar partido ou a mediar a disputa, dada sua influência regional, o que requer uma abordagem diplomática cautelosa, ao mesmo tempo em que é preciso se preparar para possíveis cenários de escalada que demandem ações conjuntas de defesa com outros países, respeitando os princípios de não intervenção e de busca pela solução pacífica dos conflitos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. A. **Segurança e defesa nacional: Desafios e perspectivas**. Brasília: Ministério da Defesa, 2016.
- ALVES, Patrícia. **Conflitos Territoriais na América do Sul: Estudos de Caso e Soluções**. Brasília: Editora UnB, 2023.
- AMARAL, Aracy L. **História da Colonização na América Latina**. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- AZEVEDO, Aroldo. **A Doutrina Monroe e a Política Externa dos Estados Unidos na América Latina**. São Paulo: Editora Unicamp, 2012.
- BANDEIRA, L. A. M. **A desordem mundial: O espectro da guerra fria**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- BUENO, Eduardo. **A Viagem do Descobrimento: A Verdadeira História da Expedição de Cabral**. São Paulo: Objetiva, 2003.
- BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and Powers: the structure of international security**. Cambridge: Cambridge University Press, 564 p., 2003.
- CARDOZO, Paulo Alberto. **Disputas Territoriais na América do Sul: História e Impactos**. São Paulo: Editora Atual, 2011.
- CARVALHO, J. G. de. Marinha do Brasil: desafios e perspectivas na segurança marítima sul-americana. **Revista Marítima Brasileira**, v.140, n.1/3, p.59-75, 2020.
- CARVALHO, Roberto. **Geopolítica e Disputas Fronteiriças na América Latina**. São Paulo: Editora UNESP, 2024.
- COSTA, Carlos. **Questões de Fronteira na América do Sul: O Caso da Disputa entre Venezuela e Grã-Bretanha pela Região de Essequibo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- COSTA, M. G. **Política de defesa na América do Sul: uma perspectiva regional**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2014.
- FERNÁNDEZ, M. **História colonial da América do Sul**. São Paulo: Editora História, 2005.
- FERREIRA, Ana Paula. **Política Externa e Conflitos Territoriais: O Caso da Venezuela e Essequibo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- FERREIRA, T. C. **Desafios da segurança marítima no Atlântico Sul**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2018.
- FREITAS, Maria Luísa de. **Arbitragem Internacional e Soberania Nacional: Estudos de Casos**. Rio de Janeiro: Editora Jurídica, 2013.

GONÇALVES, W. A. **Geopolítica do Brasil: a modernidade emergente**. São Paulo: Contexto, 2018.

GONZÁLEZ, R. **As disputas territoriais na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Jurídica, 2012.

GUTIERREZ, A. J. G. **Fronteiras do Brasil: O litoral em sua dimensão fronteiriça**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Brasília, 2023.

JAGUARIBE, H. **Um estudo crítico da história do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

LINS, A. C. **Fronteiras e disputas coloniais: Uma análise da questão do Essequibo**. São Paulo: Editora História e Cultura, 2019.

LOPES, João Marcelo. **Geopolítica da América do Sul: Conflitos e Soluções**. Brasília: Editora UnB, 2009.

MAESTRI, Mário. **A Colonização da América: Da Invasão Europeia às Independências Latino-Americanas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.

MAESTRI, Mário. **História da América Colonial: Conquista e Colonização da América Ibérica e Holandesa**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2010.

MAHAN, A. T. **The Influence of Sea Power upon History, 1660-1783**. Boston: Little, Brown and Company, 1897.

MANGAR, Thomas. **História da Guiana Holandesa**. Tradução de Maria de Souza. Rio de Janeiro: Editora Acadêmica, 2009.

MARTÍNEZ, J. **Explorações espanholas no século XVI**. Caracas: Editora Venezuela, 2007.

MEDEIROS FILHO, Oscar. **Entre a cooperação e a dissuasão: Políticas de defesa e percepções militares na América do Sul**. 2010. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2010.

MENDONÇA, T. A. **Impactos das Guerras Napoleônicas na América do Sul**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2021.

MONTEIRO, M. C. **Amazônia Azul: Perspectivas e desafios da política marítima brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

NETO, José da Silva. **A disputa territorial pelo Essequibo e suas implicações econômicas**. São Paulo: Editora Universitária, 2012.

NOGUEIRA, L. P. **Tratados e Conflitos na Era Napoleônica: Impactos na América do Sul**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.

NUNES, A. R. **A proteção das infraestruturas críticas e o papel das Forças Armadas**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2018.

NUNES, Fábio. **Tratados e Conflitos: O Impacto do Tratado de Amiens na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

OLIVEIRA, A. G.; SANTOS, R. C. A posição geográfica do Brasil e seus desafios na segurança marítima. **Revista de Estudos Estratégicos**, v. 12, n. 2, p. 134-156, 2022.

OLIVEIRA, A. R.; SANTOS, M. T. P. Implicações da disputa pela região de Essequibo para a segurança marítima brasileira. **Revista de Estudos Militares**, v.4, n 1, p.234-250, 2022.

OLIVEIRA, P. **A Capitania-Geral da Venezuela e suas fronteiras**. São Paulo: Editora Fronteiras, 2010.

PEREIRA, L. **As colônias britânicas e suas reivindicações territoriais**. Lisboa: Editora Internacional, 2008.

PEREIRA, L. **História das negociações territoriais na América do Sul**. Lisboa: Editora Internacional, 2008.

PIERI, V. S. G. Geopolítica de los Conflictos Intermésticos en Sudamérica. **Revista de Geopolítica**, Natal, v. 2, n. 2, pp. 28-48, 2011.

ROCHA, P. M.; LIMA, M. R. de. O Brasil e a disputa pelo Essequibo: entre a diplomacia e a defesa regional. **Cadernos de Política Exterior**, v.7, n.13, p.245-267, 2021.

RODRÍGUEZ, A. **Geopolítica e recursos naturais na América Latina**. Buenos Aires: Editora Acadêmica, 2013.

RODRÍGUEZ, A. **Tratados históricos e suas implicações territoriais**. Buenos Aires: Editora Acadêmica, 2011.

SANTOS, F. G. **A Constituição das Províncias Unidas da Venezuela: Limites e implicações**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2021.

SERBIN, Alberto Ribeiro. **A Questão de Fronteiras na América do Sul: Análises e Documentos**. Brasília: Editora DEF, 2003.

SERBIN, Alberto Ribeiro. **Geopolítica e Conflitos de Fronteira: Estudos sobre a América do Sul**. 3. ed. Brasília: Editora DEF, 2013.

SILVA, J. P. **A formação da Capitania Geral da Venezuela e suas implicações territoriais**. Brasília: Editora UnB, 2018.

SILVA, Pedro Henrique. **Os Conflitos Coloniais e a Formação Territorial da América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

SILVA, Ricardo Tavares da. **O Direito Internacional e as Questões de Fronteira**. Porto Alegre: Editora Jurídica, 2006.

SILVA, V. M. **A geopolítica da Amazônia Azul e o papel da OTCA**. Manaus: Editora da UFAM, 2020.

SOUZA, F. P. **A doutrina de segurança marítima do Brasil: Desafios e atualizações**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2020.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Sol e a Sombra: Política e Administração na América Portuguesa no Século XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SOUZA, M. R. **Conflitos territoriais e tratados internacionais no Caribe**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2020.

SPYKMAN, N. J. **America's Strategy in World Politics: The United States and the Balance of Power**. New York: Harcourt, Brace and Company, 1942.

TRAVASSOS, Mário. **Projeção continental do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1931.

VILAS-BÔAS, M. A geopolítica da disputa pela região de Essequibo e seu impacto na América do Sul. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, v.116, p.101-128, 2018.

VISENTINI, P. F. **Relações internacionais da América Latina: velhos temas, novos desafios**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.